



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

## EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO REGULAR

Márcia Regina Sabino da Silva<sup>1</sup>  
Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino<sup>2</sup>

**Resumo:** A educação é um direito social de todo cidadão. A educação inclusiva deverá promover o desenvolvimento integral dos discentes, prioritariamente em salas regulares. Este texto objetiva analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência no Ensino Médio regular, por meio de pesquisa documental, de campo, revisão de literatura e observação, constatando que a inclusão educacional está em curso.

**Palavras-chave:** Educação; Educação Inclusiva; Pessoa com deficiência.

**Abstract:** Education is a social right of every citizen. Inclusive education should promote the integral development of students, primarily in regular classrooms. This paper aims to analyze the process of inclusion of students with disabilities in regular secondary education, through documentary, field research, literature review and observation, noting that educational inclusion is ongoing.

### 1 INTRODUÇÃO

A educação é um direito universal de todo cidadão, independente de qualquer circunstância, e contribui para a promoção da dignidade da pessoa humana, sendo parte dos direitos sociais e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal do Brasil de 1988. O desdobramento do ordenamento jurídico imediatamente mencionado se reflete na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9.394/1996, que em seu artigo 2º complementa:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, LDB/1996, Art. 2º).

Logo, a educação, como um direito de todo cidadão, deve atender às expectativas e singularidades educacionais, proporcionando o desenvolvimento integral de cada ser humano que a ela tenha acesso. Todos os indivíduos devem ter garantido o acesso a equipamentos públicos, os quais, além de primarem pelos princípios expostos acima, devem

---

<sup>1</sup> Professor com formação em outras áreas, Universidade do Estado do Rio Grande Norte, E-mail: marciaicapui@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio Grande Norte, E-mail: marciaicapui@hotmail.com.

acrescentar àqueles, relações de acolhimento, respeito, humanização, aceitação à diversidade humana, dentre outros. Com essa visão, este texto expõe um fragmento de nossa monografia cujo objetivo foi analisar o processo de inclusão de alunos com deficiência na Escola de Ensino Médio Professor Gabriel Epifânio dos Reis em Icapuí-CE nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Compreende-se que o acesso de discentes com deficiências nas instituições de ensino regular e sua permanência durante todo o processo de formação intelectual é imprescindível. Todavia, a inclusão deve ser efetivada em múltiplas dimensões, a fim de que se faça valer a garantia dos direitos já conquistados, eliminando barreiras para a participação e desenvolvimento social e cognitivo dos discentes. Nesse processo é importante considerar as particularidades, mas também garantir a equiparação do desenvolvimento em todas as dimensões da vida e com qualidade, bem como deve-se estar atento à certas limitações e não negar, ou ignorar a capacidade cognitiva dos estudantes. Pelo contrário, ao explorar as habilidades da pessoa com deficiência, deve-se considerar as especificidades e não acelerar o processo sem dar a oportunidade de que ela tente, ao seu tempo, realizar qualquer atividade que lhe seja posta. Tratar com igualdade de oportunidades não é esquecer as especificidades, nem tratar com indiferença e abandonar o indivíduo a sua própria condição, mas reconhecer que precisa de atenção especial, diferenciada. No entanto, não confundir isso com incapacidade nem inferioridade na vida escolar, visto que esse comportamento pode gerar uma forma de exclusão.

Mantoan (2009) afirma:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela." (MANTOAN, 2009, p.13).

É necessário garantir não só o acesso, mas também criar mecanismos de permanência no ambiente escolar para que os sujeitos se desenvolvam inteiramente, conforme afirma Mantoan (2009, p.17): *"na perspectiva de "especial da educação", a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula"*, possibilitando aprendizagem, consoante às particularidades de cada indivíduo. Assim, a educação na perspectiva inclusiva requisita o conhecimento e a compreensão da realidade vivenciada pela pessoa com deficiência e do contexto onde está inserida, a fim de melhor buscar meios de efetivá-la.

Esse trabalho contemplou uma pesquisa de natureza qualitativa reunindo pesquisa documental, de campo, revisão de literatura e observação. A pesquisa de campo foi realizada no período de março a abril de 2019, em que foram aplicados doze questionários, abrangendo seis docentes lotados nas turmas em que os alunos com deficiência estão matriculados e seis discentes com deficiência. Está organizado em duas seções: uma, denominada “Educação Básica no Brasil e Educação Inclusiva”; a outra intitulada “Escola Inclusiva: estamos caminhando certo?”, seguida de Conclusão e Referências.

## **2 EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

De acordo com Libâneo (2002) educação é

o conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando a formação do ser humano (LIBÂNEO, 2002. p.7).

Desse modo, pode se definir educação como um processo interativo, no qual os indivíduos que formam uma sociedade podem desenvolver suas capacidades de forma integral, eficiente e consciente, não apenas intelectualmente, mas também socialmente. A educação tem o papel de preparar o homem para se autotransformar, tornando-se um ser capacitado, para agir sobre o mundo, bem como fazê-lo compreender como esse processo acontece. Dessa forma, compreende-se a educação como uma prática humana e social capaz de modificar os indivíduos nos seus estados mental, intelectual, cultural, configurando parte da existência humana individual e grupal, ou seja, a educação faz parte do processo de formação e construção da história humana nos mais variados aspectos.

A educação não está desvinculada da história, do contexto socioeconômico, político e cultural, e por isso é moldada, reflete e reproduz as relações de poder e os determinantes econômicos hegemônicos em temporalidades históricas distintas. No Brasil, sua trajetória passou por muitos momentos de conflitos, discussões, reformulações, retrocessos, mas também de muita luta para garantir o direito de acesso a todos. Ainda hoje, a educação brasileira é alvo de constantes ataques.

Conforme Bittar e Ferreira Jr (2005, p. 36), a história da educação no Brasil se inicia com a chegada dos padres jesuítas, os quais vieram com o intuito de catequizar os indígenas e, por esse fato, durante muito tempo o ensino se manteve ligado à religião. Somente no século XVIII, após a expulsão dos jesuítas do solo brasileiro, a educação passou a ser de responsabilidade do Estado, visto que entre as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal estava a implantação do ensino público oficial. Ferreira Jr (2010) destaca:

[...] as reformas pombalinas se constituíram em descontinuidade sem ruptura no âmbito da história da educação colonial. Descontinuidade porque pôs fim ao “sistema de ensino” montado pela Companhia de Jesus desde a segunda metade do século XVI; sem ruptura porque não mudou em nada a essência da educação que era ministrada no interior dos colégios jesuíticos. (FERREIRA JR, 2010. p.32)

A Era Pombalina foi considerada uma época de retrocessos na educação, já que as medidas adotadas não se concretizaram e houve um fortalecimento da aproximação do ensino com a religião. Tardamente, no século XIX, depois de formada a Assembleia Constituinte passou-se a discutir, entre outros assuntos, o ensino e sua estrutura, desencadeando na criação de um Sistema Nacional de Instrução Pública, equivalente ao Sistema Educacional atual, embora os planos pensados no sistema Educacional não foram alcançados. Somente no século XX ocorreram muitas mudanças que alavancaram a democratização e a universalização da educação pública no país. Destaca-se nesse contexto, a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), idealizada e formada por reformadores liberais que viam a educação como transformadora da sociedade e o “motor do progresso nacional”.

Com a Constituição Federal de 1988, a “Constituição Cidadã”, ao tratar da educação, alça o status de direito subjetivo de todos. Ela serviu como base para a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, a LDB 9394/96, a qual apresenta novas diretrizes educacionais que reforçam entre outros aspectos, a municipalização do ensino fundamental, a formação docente em nível superior e colocou a Educação Infantil em posição de etapa inicial e fundamental da Educação Básica, bem como legisla sobre a criação de fundos para financiar os projetos da educação como o FUNDEF (Fundo de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério). Além da Constituição e da LDB, a aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) previsto pela Constituição com validade de dez anos, foi de extrema relevância. O PNE traça metas para garantir o acesso à educação e aumentar o nível de escolaridade dos brasileiros.

A história da educação no Brasil, como já mencionado anteriormente, é marcada por lutas, principalmente quando se refere aos menos favorecidos que sempre tiveram seus direitos tragados em prol da manutenção de uma elite capitalista, fortalecendo a ideia de uma educação elitista e excludente. Nas últimas décadas, tem-se discutido muito a implementação de políticas públicas de educação inclusiva, principalmente voltada para as pessoas com deficiência, de modo que estas possam de fato ser tratadas como sujeitos de direitos e capazes de se desenvolverem intelectualmente. Nessa linha de raciocínio, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva destaca que

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, PNEEPI, 2008. p.5).

Nesse sentido, a inclusão nada mais é que a inserção de alunos com deficiência em salas regulares, a fim de que participem das atividades não só educacionais, mas também sociais. No entanto, o processo de inclusão da pessoa com deficiência exige muitas mudanças na organização estrutural das instituições de ensino para receber e direcionar a aprendizagem de todos os tipos de alunos. Organização essa, que depende de ações políticas, pedagógicas, culturais e sociais, que facilitem e proporcionem a interação entre crianças com e sem deficiência ou qualquer dificuldade no âmbito escolar.

### **3 ESCOLA INCLUSIVA: estamos caminhando certo?**

O direito à educação é garantido a todo cidadão tanto pela Constituição Federal quanto pelas LDBs, as quais também asseguram que o acesso e a permanência dos estudantes nas escolas devem ser garantidos, de sorte que propiciem a aquisição de conhecimentos adequados e sistematizados, considerados fundamentais para o pleno desenvolvimento das habilidades, competências e potencialidades de cada estudante, visando à formação integral de todos e o exercício da cidadania.

Carvalho (2005) reitera que a educação na perspectiva inclusiva conjectura, sobretudo a permanência e a salvaguarda do desenvolvimento do potencial de cada indivíduo. A função da escola na perspectiva inclusiva não é somente a inserção de estudantes nos espaços educacionais, nem muito menos, selecionar e segregar, mas sim promover o desenvolvimento do discente dentro dos seus limites e potencialidades, respeitando as diferenças e necessidades de cada um. Assim, o papel da escola inclusiva é oportunizar não somente a socialização dos sujeitos envolvidos, como também o processo de apropriação do saber.

Dessa forma, pactuamos com Carvalho (2005) quanto:

O direito à educação; o direito à igualdade de oportunidades, o que não significa um “modo igual” de educar a todos e sim dar a cada um o que necessita, em função de suas características e necessidades individuais; escolas responsivas e de boa qualidade; o direito de aprendizagem; e o direito à participação. (CARVALHO, 2005, p.81).

Incluir não é apenas inserir e integrar indivíduos em determinados espaços, mas permitir e garantir que eles se sintam parte da construção da aprendizagem e da sua história. Não é só tratar como igual, mas oferecer as oportunidades, respeitando os limites

de cada um. Nesse sentido, todos os envolvidos têm parcelas importantíssimas nesse processo de construção de saberes e desenvolvimento socioeducativo.

Desse modo, Ferreira (2006) ratifica que respeitar e garantir a educação que assegure a política de inclusão, não se trata apenas de inserir a pessoa com deficiência em turmas regulares, mas é importante respeitar mutuamente as potencialidades dos alunos e desenvolver programas que possam responder às demandas postas por esses estudantes. Nesse contexto, muitas vezes, esses estudantes se encontram inseridos nas escolas regulares, mas não desenvolvem suas potencialidades e são promovidos sem que se observe ou estimule o potencial de cada um para apreender os conteúdos trabalhados, não havendo uma aprendizagem como busca educação inclusiva. O trecho da fala a seguir evidencia o que pensa o entrevistado sobre a aprendizagem à luz da educação inclusiva:

Infelizmente não, haja vista que a inclusão nas salas/escolas ainda caminha de forma lenta. Mesmo que muitos queiram ajudar ainda é perceptível uma certa dificuldade e barreira no processo de inclusão, pois incluir não é apenas matricular o aluno em sala, e sim propor meios para que ele fique na sala e o mais importante que aprenda, mesmo com suas limitações. (PROFESSOR 4, entrevista concedida em 12/mar/2019)

Incluir vai além. Significa acolher, considerar as potencialidades e as necessidades, bem como buscar estratégias para transpor os limites e as dificuldades, embora essas sejam grandes e a falta de preparo dos profissionais represente um empecilho nessa tarefa. Proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo é o verdadeiro fim da educação. É um processo demorado, mas possível, se todos abraçarem a causa e derem sua parcela de contribuição.

Carvalho (2005, p. 26) afirma que “Os professores alegam (com toda a razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito; nem de estagiar com alunos da educação especial.” Nessa perspectiva, a falta de formação docente para atender alunos com deficiência representa um dos principais desafios das escolas na perspectiva inclusiva, aliada às condições de trabalho, como vemos:

Sim, com certeza. Devido à falta de formação pedagógica e das condições de trabalho (PROFESSOR 2, entrevista concedida em 27/mar/2019).

Nesse contexto, a maioria dos profissionais se sente totalmente impotente diante da realidade diária. Essas dificuldades são frequentes, principalmente em relação à assistência e atendimento individual. Isso devido às condições de trabalho ofertadas, como as salas de aula superlotadas. Geralmente, o quantitativo de alunos varia entre trinta e cinco a quarenta e cinco alunos ou mais em cada turma. Dessa forma, o professor não consegue dar atenção individual e fazer um acompanhamento mais cuidadoso aos alunos com deficiência. A

superlotação das salas aliada ao fator indisciplina de alguns estudantes provoca uma situação um pouco complicada, para um único professor conseguir dar atenção necessária a todos os alunos, principalmente aos alunos com deficiência que exigem um olhar e acompanhamento mais atencioso. Essa situação reflete a política de contenção de gastos e de poucos investimentos destinados à educação, na qual estipula um quantitativo expressivo de alunos numa sala de aula, promovendo salas superlotadas e dificultando a aprendizagem e o sucesso dos alunos, comprometendo a proposta de educação inclusiva.

É importante entender que os profissionais não podem ser culpabilizados, visto que nem sempre este dispõe das condições de trabalho adequadas. A esse respeito, um professor assim se pronuncia:

Raramente proponho, pois não tenho conhecimento das habilidades e potencialidades desse público. Além disso, o tempo de planejamento não é suficiente para elaborar atividades diferenciadas (PROFESSOR 5, entrevista concedida em 07/abr/2019).

Conforme relatos dos professores, as dificuldades também estão relacionadas a dois aspectos distintos. Primeiro, o desconhecimento associado à desatenção do professor sobre como lidar com discentes com necessidades educativas específicas, no caso as deficiências. Segundo, a clareza da falta de recursos suficientes e condizentes ao atendimento das demandas apresentadas pelos discentes. Um conjunto de desvantagens que vão se avolumando na contracorrente do processo inclusivo.

Ainda que tenham profissionais que não detêm nenhum conhecimento para trabalhar com alunos com deficiência ou que tenham um mínimo exigido, entretanto há muitos docentes que se propõem a “arriscar”. Embora alguns tenham boa vontade e desejo de contribuir para o processo ensino-aprendizagem do aluno com deficiência, a falta de preparo ou mesmo de conhecimento, de informação sobre as diferentes deficiências e também como atender cada um de acordo com suas particularidades, comparece como um entrave. Posturas como essas adotadas por alguns profissionais são essenciais para o fortalecimento da educação inclusiva. Ter desejo de colaborar e tentar mesmo em meio às dificuldades, driblar os percalços no processo é muito importante para a “roda” da inclusão “girar”.

Mantoan (2001, p. 03) salienta que “a luta pela inclusão é sustentada pela qualidade do ensino”, a fim de que responda às particularidades individuais, evitando que a inserção não se torne exclusão. Visto que, incluir é diferente de inserir e, é necessário que sejam proporcionadas condições para que as pessoas com deficiência possam desenvolver suas potencialidades junto aos demais estudantes.

De acordo com a maioria dos professores pesquisados que trabalham diariamente com esses alunos nas turmas regulares, constata-se certa dificuldade e limitação em relação à interação com esses alunos, principalmente quando se trata de deficiência com limitações mais acentuadas. Porém, destacam o trabalho realizado pela escola em relação ao ensino da Língua Brasileira de Sinais aos alunos:

Hoje, felizmente, muitos alunos já apresentam um certo domínio da Língua Brasileira de Sinais. A escola colabora nesse sentido, pois oferta aulas de LIBRAS para os alunos e seria muito interessante que essas aulas também se estendessem para nós, professores (PROFESSOR 5, entrevista concedida em 07/abr/2019).

Além disso, o tempo de duração das aulas também é um fator que colabora negativamente para isso, pois dependendo da disciplina as aulas têm duração máxima de cinquenta minutos e são insuficientes para manter um contato mais próximo e atencioso com todos os alunos, sobretudo com aqueles que têm deficiência. Muitos têm desejo de proporcionar momentos de mais conhecimento e aprendizagem, mas falta preparo para isso, como se destaca na fala abaixo:

Gostaria de interagir mais, mas não consigo por ter pouco conhecimento nessa área. Além disso, tenho grande dificuldade de entendê-los, sobretudo os alunos com deficiência auditiva (PROFESSOR 5, entrevista concedida em 07/abr/2019).

Logo, os docentes veem na formação continuada<sup>3</sup> uma oportunidade para traçar meios de auxiliar o trabalho com alunos com deficiência. Para cada um, a formação continuada na área de educação especial é importante, pois permite ao docente uma aproximação com a realidade e o conhecimento mais detalhado das deficiências, bem como fazer uma reflexão da prática e da postura adotada, assumindo o compromisso de modificar e adequar sua ação pedagógica à realidade e necessidades dos seus alunos. Assim, poderão ir rompendo com os padrões dantes adotados e transformando o fazer educacional, a fim de garantir a inclusão de todos.

A formação continuada é imprescindível para a ação docente, pois permite a reflexão do professor em torno de sua prática e a questão da inclusão é altamente necessária (PROFESSOR 2, entrevista concedida em 27/mar/2019).

Todos destacam que já participaram de cursos na área da educação especial, inclusive três professores entrevistados possuem especialização em Psicopedagogia, cursos de formação complementar como Formação em Libras, sobre as deficiências e

---

<sup>3</sup> É o processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, realizado ao longo da vida profissional, com o objetivo de assegurar uma ação docente efetiva que promova aprendizagens significativas. (DUARTE, 2017. p.1)



transtornos globais, Educação Inclusiva e Educação Especial, Braille, Formação para professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Entretanto, o que se percebe é que mesmo recebendo uma formação complementar, os docentes sentem-se ainda inseguros e despreparados para trabalhar com alunos com deficiência. Isso implica dizer que a busca do professor pelo aprimoramento da prática pedagógica deve ser constante e que essa formação recebida deve prepará-lo para promover a aprendizagem, levando-o a desenvolver práticas inclusivas em suas salas de aula. Assim, Mantoan(2001) salienta que:

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência na escola regular decorre, portanto, das possibilidades de se conseguir progressos significativos desses alunos na escolaridade, por meio da adequação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular assume que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é concebida e avaliada. (MANTOAN, 2001. p. 4).

Desse modo, o olhar diferenciado de todos que fazem a unidade escolar, principalmente não comparando nem medindo as capacidades de um aluno com a de outros, a fim de driblar as dificuldades desses estudantes, é muito importante. A escola tem buscado formas de adequar os conteúdos a serem ministrados em sala de aula, a dinâmica das aulas, ou seja, tem revisto a prática docente e procurado construir uma prática pedagógica e uma escola mais inclusiva. Porém, embora muito já se tenha caminhado em direção a uma educação inclusiva de qualidade, ainda é necessário compreender que a inclusão escolar requer o desprendimento das amarras do passado, bem como vislumbrar novos horizontes, sabendo que vivemos em tempo de novos desafios, de novas mudanças, de novas conquistas, como ressalta Mantoan (2005).

#### **4 CONCLUSÃO**

Embora a educação seja um direito fundamental e universal de todo cidadão, livre de qualquer discriminação e cabendo ao Estado garantir que o mesmo seja efetivado de forma igualitária, durante muito tempo a educação teve características seletivas, segregacionista e excludente, a qual separava todos àqueles que não se encaixavam nos padrões pré-estabelecidos pela sociedade vigente. Nem todos tinham acesso à educação de qualidade, muito menos garantia de permanência em condições dignas para aprender, pois eram impedidos, separados, excluídos de tal direito. Depois de um longo processo de lutas e discussões, a educação básica toma novos rumos e se busca um modelo de educação que contemple todos os indivíduos, como sujeitos de direitos, incluindo também as pessoas com

deficiências, visto que essas eram as principais atingidas pelo modelo pautado na segregação e na exclusão.

A educação inclusiva é fruto de um processo de luta histórico e bastante lento, embora aos poucos tenha e ainda esteja tomando corpo, permitindo que a pessoa com deficiência seja protagonista da sua própria história. Falar de educação inclusiva é chamar atenção para todos aqueles indivíduos que durante muito tempo ficaram do “lado de fora” da porta, por alguma condição considerada “inaceitável”, que os diferenciavam dos demais membros de um mesmo grupo. No entanto, educar numa perspectiva inclusiva pressupõe grandes mudanças, principalmente comportamentais e de práticas pedagógicas, a fim de que os estudantes com deficiência possam ser contemplados.

Como já dito em outro momento, a inclusão escolar não consiste em apenas matricular, inserir um contingente de alunos com deficiência dentro das salas de aula regulares sem proporcionar qualquer assistência, e/ou em salas separadas e adotar metodologias específicas para atender as necessidades educacionais desses alunos, sem permitir que haja uma socialização, sem garantir a igualdade e equidade de seus direitos. Propõe uma transformação na dinâmica escolar e para isso, faz-se necessário que as instituições ofereçam as melhores condições para que os estudantes desenvolvam seu potencial, na qual as escolas e os profissionais inseridos no processo de ensino-aprendizagem precisam estar preparados.

Assim, estimular a adaptações de práticas docentes, métodos, técnicas, recursos e até adaptações dos currículos, que visam garantir o princípio de igualdade de oportunidade, bem como adequação do Projeto Político Pedagógico às propostas que superem as diferenças e dificuldades dos alunos é o caminho. Não é tratar como diferentes, mas respeitar em suas diferenças, considerando-as ao propor quaisquer atividades. A formação inicial não é suficiente como se sabe, portanto, deve-se buscar um conhecimento aprofundado na área para que se possa transformar a realidade. Quebrar com os grilhões do conservadorismo e se “abrir ao novo” é fundamental. Não há como se manter preso a padrões retrógrados, que principalmente impedem que a proposta inclusiva se operacionalize concretamente.

Verificou-se na pesquisa que o processo de inclusão ocorre lentamente, assim como já é fato em toda trajetória da pessoa com deficiência, uma vez que a inclusão não acontece do dia para noite. A inclusão escolar é um processo demorado que requer desprendimento e mudança de hábitos de todos. Constatou-se inúmeras dificuldades no processo de inclusão, entre as quais se destacam a falta de informação, despreparo, desatenção, desproporção entre o quantitativo de discentes com deficiência e o número de professores na sala do AEE e a superlotação das salas. Entretanto, percebe-se um engajamento da maioria dos

profissionais em tentar garantir um mínimo de aprendizagem possível. Isso é visível, principalmente na tentativa dos profissionais mesmo sem as condições propícias para desenvolverem suas práticas pedagógicas têm buscado adequar os conteúdos às necessidades educacionais, a fim de sanar as dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência. Além dessas adaptações para abordar o conteúdo, a estratégia de trabalho em grupo com o objetivo de engajar os alunos com deficiência e permitir que os mesmos interajam e socializem com os demais, também é uma postura importante para a construção do conhecimento e fortalecimento das relações interpessoais.

Conforme relatos tanto de professores quanto de alunos, os discentes desenvolvem a socialização, embora em alguns momentos e dependendo das necessidades de cada um, esta seja um pouco limitada. Os discentes encontram na escola um espaço agradável, no qual eles se sentem bem, pois recebem o respeito e atenção de colegas e professores; e isso é muito bom. É perceptível, que os discentes apresentam dificuldades em relação à assimilação de determinados conteúdos ministrados em sala de aula. Porém, não podemos correr o risco, baseados em comparações, em dizer que eles não os apreendam. Os professores precisam compreender que as limitações, o tempo e o ritmo de aprendizagem de cada um é diferente.

A escola em estudo tem garantido o acesso à educação de qualidade para todos e têm buscado atender as necessidades educacionais de cada um conforme suas limitações. Como destaca alguns professores, o trabalho feito com o grupo de LIBRAS é muito importante para a aprendizagem dos alunos, tanto surdos quanto não surdos. É um trabalho que propicia a comunicação e, conseqüentemente, a aprendizagem em todos os sentidos: socialização, interação e assimilação de conteúdos, construindo desse modo, o conhecimento e claro, permitindo que a inclusão aconteça de forma efetiva.

A pesquisa mostrou que a Escola Professor Gabriel Epifânio dos Reis caminha rumo à inclusão de seus alunos, embora de forma lenta, visto que a escola tem profissionais engajados e comprometidos com o desempenho dos seus alunos. Para isso, tem procurado adequar e transformar suas práticas a realidade posta em sala de aula todos os dias, driblando a falta de condições dignas de trabalho oferecidas pelo sistema educacional vigente. Portanto, garantir educação de qualidade tendo em vista não só o acesso de alunos com deficiência a escola, mas também a permanência e acima de tudo, que o aluno desenvolva seu potencial. A inclusão é um processo, que ocorre paulatinamente e depende da ação e cooperação de todos que fazem a comunidade escolar. Se estivermos indo bem, continuemos indo além, até alcançar o fator desejável: incluir com qualidade.

## 5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao) Acesso em: 05 abr 2019

\_\_\_\_\_. LDB- Lei n. 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica**. Disponível em:

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm) Acesso em: 06 abr 2019

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FERREIRA JR, Amarílio e Marisa Bittar. **A Gênese das Instituições Escolares no Brasil**. In: Acervo. Rio de Janeiro: 2005. v.18. p. 36.

FERREIRA JR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EdUFSCar, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. — (Coleção cotidiano escolar)

\_\_\_\_\_. Todas as crianças são bem-vindas à escola. In.: **RPD – Revista Profissão Docente. Uberaba**. v.1, n.2 , p. 1 -19 ,mai/ago. 2001 – ISSN 1519-0919.

\_\_\_\_\_. M.T.E. Inclusão escolar- caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. In: **Ensaio pedagógicos**. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009. ( P. 11-16)